

Banco Central reforça medidas de transparência



Economia moçambicana cresce a passo de camaleão

“Se houver atraso no arranque dos projectos do gás natural, significa que, provavelmente, vamos viver períodos difíceis por mais tempo ... é muito arriscado alimentar as expectativas de crescimento económico com base nos projectos de gás natural, apesar da decisão final de investimento aprovada recentemente...”, Dr. Fáusio Mussá

Pág. 4



- “Autoridade Tributária de Moçambique já tem autorização do Governo para cobrar 350 milhões de dólares. O Governo fez a sua parte”, Adriano Maleiane, Ministro da Economia e Finanças. **Pág. 5**
- O Governo moçambicano e as multinacionais italiana, ENI, e a norte-americana, Anadarko, assinaram contractos de concessão do Terminal Marítimo de Gás Natural Liquefeito (GNL) e da Instalação da Descarga de Materiais, no âmbito do desenvolvimento dos projectos de gás na Bacia do Rovuma. **Pág. 5**
- Mais-valias terão efeito multiplicador na economia nacional: CTA. **Pág. 5**

Editorial

Uma recuperação económica lenta, mas cautelosa

Pelos sinais que nos chegam dos *players* do campo económico nacional, percebe-se que o país procura recuperar a sua economia de forma segura e sustentável.

Precipitamo-nos a estas conclusões pelo facto de observarmos que os níveis de governação económica e de transparência são sempre ascendentes numa perspectiva doméstica, mas não só, em alinhamento aos padrões internacionais de gestão da coisa pública e de monitoria e supervisão do sector privado.

Estes são assuntos que focalizamos nesta edição.

As últimas avaliações sobre a economia nacional apresentam tendências de revisão em alta relativamente as anteriores previsões. Esse é um sinal positivo para a economia, mas não suficiente para declarar o retorno da estabilidade económica, uma vez que ainda prevalecem desafios estruturais e de aumento de produção e produtividade no mercado nacional.

Destacamos as medidas macroeconómicas que foram tomadas

pelo Banco Central que consistiram na redução da taxa de juro de política monetária, da taxa MIMO, em 25 pontos base, para 21,50% e taxas da Facilidade Permanente de Cedência (FPC) e da Facilidade Permanente de Absorção (FPD) em 25 pontos base, para 22,50% e 16,0%, respectivamente, bem como o coeficiente de Reservas Obrigatórias (RO) para os passivos em moeda nacional e estrangeira em 50 pontos base, para 15,0%, com efeitos a partir do novo período de constituição que iniciou a 7 de Setembro de 2017.

Integramos a conclusão do processo de recapitalização do Moza Banco, SA através do aumento do capital por entrada de um novo accionista, a Kuhanha, entidade que gere o fundo de pensões do Banco de Moçambique e a inquietação da Comissão Central de Ética Pública (CCEP) sobre o assunto. Na sua análise o CCEP achou que o Banco Central violou a Lei de Probidade Pública (LPP) e submeteu à Procuradoria Geral da República para proceder às diligências que julgar legalmente convenientes.

Mereceram, igualmente, a nossa

atenção como sinais que podem acelerar o crescimento da economia nacional, a assinatura dos contractos de concessão do Terminal Marítimo de Gás Natural Liquefeito (GNL) e da Instalação da Descarga de Materiais, no âmbito do desenvolvimento dos projectos de gás na Bacia do Rovuma, na província nortenha de Cabo Delgado. Consta ainda dos bons sinais as mais-valias resultantes da venda das acções de exploração de gás natural liquefeito na Bacia do Rovuma terão um efeito multiplicador na economia nacional.

MEDIDAS MACROECONÓMICAS DO BANCO DE MOÇAMBIQUE

Reforço da transparência no sistema financeiro



O Banco de Moçambique (BM) informou, no dia 28 de Agosto de 2017, a todos os interessados e ao público em geral que, no âmbito da implementação de medidas que assegurem o reforço da disciplina de mercado, vai, doravante, efectuar a publicação das sanções definitivas aplicadas às instituições de crédito e sociedades financeiras.

Segundo o comunicado do Banco Central enviado à imprensa, a acção visa conferir maior transparência e responsabilidade ao sistema financeiro e a todos os seus intervenientes, bem assim assegurar o acesso à informação pelo público em geral.

O BM é a entidade de supervisão do sistema financeiro nacional e tem por missão preservar o valor da moeda nacional e promover um sector financeiro nacional sólido e eficiente.

Banco de Moçambique alivia taxas de referência monetária

Reunido no dia 10 de Agosto de 2017, o Comité de Política Monetária (CPMO) do Banco de Moçambique (BM) decidiu reduzir, com efeitos imediatos, a taxa de juro de política monetária, taxa MIMO, em 25 pontos base, para 21,50%.

Adicionalmente, o órgão reduziu as taxas da Facilidade Permanente de Cedência (FPC) e da Facilidade Permanente de Absorção (FPD) em 25 pontos base, para 22,50% e 16,0%, respectivamente, bem como o coeficiente de Reservas Obrigatórias (RO) para os passivos em moeda nacional e estrangeira em 50 pontos base, para 15,0%, com efeitos a partir do novo período de constituição que iniciou 7 de Setembro de 2017.

Segundo o comunicado do BM, a medida surge em face da evolução recente da inflação e das projecções para o médio prazo, e ponderados os riscos a ela associados.

O CPMO do BM garante continuar a monitorar os indicadores económico-financeiros e os factores de risco, e poderá tomar as medidas correctivas necessárias antes da próxima reunião do órgão, agendada para o dia 26 de Outubro de 2017.

A informação publicada entre a sessão do CPMO de 19 de Junho e a presente

confirma o ciclo de redução dos preços no consumidor, iniciado em Maio do corrente ano, tendo-se registado em Junho e Julho deflações num total de 1,7%. Como resultado, a inflação anual situou-se em 16,2% no mês de Julho, depois de 20,5% em Maio, o que reforça as estimativas do Banco de Moçambique de queda da inflação até ao final do ano, num contexto de maior oferta de bens alimentares, procura interna moderada, estabilidade cambial e preços das *commodities* favoráveis. No entanto, o ambiente de riscos mantém-se ainda elevado, com destaque para o risco fiscal, o que impõe prudência na condução da política monetária.

Entre 19 de Junho e 9 de Agosto, observou-se uma correcção significativa da apreciação da taxa de câmbio do Metical ocorrida nos meses anteriores. Com efeito, o USD esteve cotado em 61,43 MZN no dia 9 de Agosto, ligeiramente acima dos 60,35 MZN observados no dia 19 de Junho. O ZAR, na mesma data, esteve cotado em 4,63 MZN, contra 4,71 MZN a 19 de Junho. Esta tendência recente do Metical, aliada à redução da inflação, tem contribuído para estancar as perdas de competitividade externa que a economia vinha observando.

A liquidez do mercado monetário

apresenta-se excessiva, reflectindo as compras de divisas efectuadas pelo Banco de Moçambique por iniciativa dos bancos comerciais, num ambiente em que o crédito ao sector privado se manteve estagnado. Entre Junho e 9 de Agosto, o BM comprou dos bancos comerciais USD 347,7 milhões, fazendo com que as intervenções sob forma de BT incrementassem o saldo para 82.177 milhões de meticais para diferentes maturidades, contra 70.306 milhões a 30 de Junho.

Por seu turno, as contas monetárias mostram que até Junho de 2017 o crédito bancário ao sector privado reduziu um por cento, em termos anuais, mantendo a tendência que vem sendo observada desde Outubro de 2016. No mesmo período, o agregado M3, constituído pela totalidade dos depósitos do sector privado e pelas notas e moedas em circulação, expandiu em 2,1% em termos de variação de saldos. Enquanto isso, as taxas de juro das operações *repo* e de permutas de liquidez entre as instituições de crédito situaram-se em torno da taxa MIMO (21,75%).

As Reservas Internacionais do Banco de Moçambique continuam a fortalecer-se. Até 9 de Agosto, o BM vendeu no Mercado Cambial Interbancário USD 264 milhões

MEDIDAS MACROECONÓMICAS DO BANCO DE MOÇAMBIQUE

destinados a compartilhar na factura de importação de combustíveis líquidos. Nesse período, comprou um total de USD 812,7 milhões, levando a que o saldo das reservas internacionais brutas incrementasse para USD 2.446 milhões,

suficientes para cobrir 6,1 meses de importações, excluindo as transacções dos grandes projectos.

Dados provisórios da balança comercial sinalizam uma melhoria substancial. Com efeito, dados

provisórios que reportam o primeiro semestre de 2017 mostram que as exportações aumentaram em USD 673,2 milhões, tendo os grandes projectos virados para o mercado externo, sobretudo nas áreas de

A prevalência de riscos para as perspectivas de inflação exige prudência na condução da política monetária

O nível de endividamento público interno mantém-se elevado e representa um factor de risco para as projecções de inflação. A colecta de receitas públicas abaixo do esperado, num contexto de suspensão do apoio externo ao Orçamento e de elevado endividamento interno (97,7 mil milhões de meticais), requer uma consolidação fiscal mais robusta.

Outros factores de risco a ter em conta estão associados a fenómenos climáticos extremos (*El Niño*), à volatilidade dos preços das *commodities* e ao ambiente político nos países vizinhos, com destaque para a África do Sul, os quais, a se materializarem, poderão impactar sobre a trajectória desejada dos preços de bens e serviços diversos.

AMB promove formação sobre branqueamento de capitais

Cerca de trinta funcionários em representação de diferentes bancos comerciais em Moçambique participaram nos dias 27 e 28 de Setembro último, na Cidade de Maputo, numa formação sobre os modelos internacionais de como lidar com riscos financeiros organizada pela Associação Moçambicana de Bancos.

Durante os dois dias da formação que foi facilitada pelo consultor competente na área de *Risk Advisory* e especializado em gestão de riscos e *compliance* no sector financeiro, Gonçalo Quintino, os participantes discutiram os seguintes temas: Compliance/AML; KYC / CDD – Standards e requisitos ilegais e regulamentares; Processos de KYC; Classificação baseada em risco, Sanções: Filtragem/Screening; KYC /CDD – On-going Due Diligence; Pessoas Politicamente Expostas (PPE); Monitorização Online vs Batch; Relatório de actividades suspeitas (SAR), tendências tecnológicas e metodológicas; Riscos Emergentes e Casos de estudo: FATCA e CRS, regulação EUA e a 4ª Directiva AML EU. Segundo explicou Quintino, o objectivo principal foi abordar com os participantes as tendências internacionais sobre o branqueamento de capitais e financiamento ao turismo quanto à regulamentação internacional e ao nível doméstico.

Foi uma oportunidade para os participantes terem uma visão geral sobre estes fenómenos e como ele os abordam nas suas instituições com objectivo de melhorarem o seu desempenho nas suas instituições e/ou



alertar as áreas que precisam de lidar com estas matérias de forma mais conveniente.

Olhando para Moçambique, Quintino reconheceu que a prática de branqueamento de capitais é complexa, cujo combate deve ser integrada, a começar a partir da colaboração dos bancos, enquanto facilitadores das transacções comerciais, mas sobretudo às instituições que lidam com processos criminais, como a polícia, a procuradoria e o Gabinete Central de Combate à Corrupção, outras entidades públicas que lidam com a legislação e até a comunidade internacional através dos seus agentes.

Finalmente, o consultor de *Risk Advisory* entende que trata-se de um problema que passa pela consciencialização de toda a sociedade para a gestão legal e transparente de todos os processos que lidam com o património público e privado, desde a contratação, execução e fiscalização, porque os bancos comerciais são apenas corredores de transacções dum crime já praticado.

A massificação das tecnologias

modernas como as transacções em moeda electrónica e uso de cartões bancários, à partida não eliminam a criminalidade financeira, mas a tornam cada vez mais difícil. Pelo que, é grande contributo para segurança do património e das próprias pessoas o uso das tecnologias em transacções financeiras em vez da moeda física.

O facilitador disse haver países que os cidadãos circulam com dinheiro físico nas suas carteiras ou bolsos muito reduzido abaixo de cem dólares americanos, não porque não têm, mas porque preferem transacções electrónicas para a sua segurança.

Para Quinto, o desafio de Moçambique continua o de oferecer à maioria da população o acesso aos meios de pagamento institucionais como é o exemplo da moeda electrónica através de telemóvel que se mostra cada vez mais expandido pelas comunidades rurais mais distantes. Outro desafio é a simplificação dos mecanismos de regulação e procedimento bancários que são ainda muito rígidos para a maioria da população com baixo nível de literacia financeira.

Reanimação da economia

AT já tem autorização do Governo para cobrar 350 milhões de dólares

O Ministro da Economia e Finanças, Adriano Maleiane, esclareceu, no dia 2 de Agosto de 2017, que o Governo fez a sua parte ao autorizar a venda de activos na área 4 da bacia do Rovuma, entre a ENI e a Exxon Mobil, e que não há outra autorização que a Autoridade Tributária (AT) deve esperar do Executivo.

A AT disse que estava dependente do governo para cobrar 350 milhões de dólares referentes a impostos de mais-valias na venda de activos da empresa italiana ENI à norte-americana Exxon Mobil. A entidade previa, na altura, cobrar as receitas até Outubro próximo. “O Estado já fez o que tinha que ser feito. As autoridades de fora do país é que

devem fechar e a partir daí têm um prazo de 30 dias para trazer os fundos à Moçambique.

Antes do fim do ano é o prazo provável”, garantiu Adriano Maleiane, que falava minutos após manter um encontro com a Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA).

Antevisão do Dr. Fáusio Mussá: Se projectos de gás atrasarem, a crise vai



“Se houver atraso no arranque desses projectos do gás natural, significa que, provavelmente, vamos viver períodos difíceis por mais tempo”, defendeu no dia 4 de Julho de 2017, (16 dias antes do Conselho de Ministros assinar termos e condições de concessão) o Economista-Chefe do Standard Bank, Dr. Fáusio Mussá, durante o “2017 Economic Briefing”, um evento onde o banco apresenta o sumário e as projecções da economia nacional e internacional. É que a demora adia os investimentos e, como consequência, não haverá cobrança de impostos e taxas a essas empresas.

Para o Dr. Fáusio Mussá, é muito arriscado alimentar as expectativas de crescimento económico com base nos projectos de gás natural, apesar da decisão final de investimento aprovada recentemente pelo consórcio liderado pela companhia italiana ENI, que vai explorar a Área 4 da bacia do Rovuma, em Cabo Delgado, norte do país.

Este posicionamento surgiu numa altura em que o governo publicita que “Moçambique está de volta” e o Banco de Moçambique diz que a gestão da crise no sistema financeiro chegou ao fim.

Assinados contractos de concessão do terminal marítimo de GNL

O Governo moçambicano e as multinacionais italianas, ENI, e norte-americana, Anadarko, assinaram a 10 de Agosto do ano em curso, em Maputo, contractos de concessão do Terminal Marítimo de Gás Natural Liquefeito (GNL) e da Instalação da Descarga de Materiais, no âmbito do desenvolvimento dos projectos de gás na Bacia do Rovuma, na província nortenha de Cabo Delgado.

Os contractos resultaram da aprovação, pelo Conselho de Ministros, à 21 de Julho do ano em curso, dos termos e condições desses instrumentos, que são parte do pacote contratual e comercial relativo aos projectos de GNL da bacia do Rovuma.

Estes documentos foram assinados pela Ministra moçambicana dos Recursos Minerais e Energia, Letícia Klemens, e os representantes da ENI East Africa Spa, Fábio Castiglion, e da Anadarko Moçambique Área 1 Lda, John Bretz, numa cerimónia bastante concorrida e que se realizou nas instalações do Banco de Moçambique.

Falando na ocasião, Klemens disse que a assinatura destes contractos marca uma etapa importante do processo que deverá culminar com a implementação destes projectos, que vão contribuir para catapultar a economia nacional.

A ministra garantiu que o Governo de Moçambique continuará a tudo fazer para a materialização dos projectos de liquefação de gás natural da Bacia do Rovuma e apelou aos outros signatários o cumprimento das obrigações constantes dos contractos e do quadro legal e contratual aplicável aos projectos a serem implementados nas Áreas 1 e 4 da Bacia do Rovuma.

Por sua vez, o Vice-presidente da Anadarko para o pelouro de Relações Internacionais com o Governo, John

Grant, em representação do Vice-Presidente Executivo da Anadarko para GNL Global, considerou a cerimónia um grande passo na trajetória de Moçambique com vista a tornar-se uma das grandes nações produtoras de gás no mundo.

O Director-Geral da Eni East Africa Spa, Fábio Castiglion, venceu que os contratos de concessão e as licenças especiais, também assinadas na ocasião, são de capital importância, pois permitirão a criação de infra-estruturas marítimas comuns, que serão cruciais para o desenvolvimento dos projectos on-shore de gás natural da bacia do Rovuma. Disse que se tratou de um momento marcante porque, depois de tomada de decisão final de investimento do Projecto do Coral Sul, a 01 de Junho de 2017, o primeiro projecto de género lançado em Moçambique, a ENI África e os seus parceiros da Área 4 avançam mais com acções concretas para a dinamização efectiva do desenvolvimento do sector de hidrocarbonetos em Moçambique.

Essa abordagem, segundo Castiglion, visa garantir a eficiência na gestão dos custos, ao mesmo tempo promover sinergias nas operações em Afungy (distrito de Palma) entre os projectos das duas áreas.

Na mesma cerimónia, foram assinadas Licenças Especiais para o Projecto de GNL, que vão permitir as operadoras realizarem actividades dentro da zona de protecção especial. Estes documentos foram assinados pela Ministra dos Recursos Minerais e Energia, da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, Celso, Coreia; do Mar, Aguas Interiores e Pescas, Agostinho Mondlane; e dos Transportes e Comunicações, Carlos Mesquita.

Mais-valias terão efeito multiplicador na economia nacional: CTA

A Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA) considera que as mais-valias resultantes da venda das acções de exploração de gás natural liquefeito na Bacia do Rovuma terão um efeito multiplicador na economia nacional.

O Governo moçambicano anunciou no dia 5 de Setembro último, o fecho do negócio da cedência de 35,7 dos 70 por cento das acções que a Eni East Africa (ENI) detém no projecto de gás natural na Área-4 do Bloco do Rovuma à Exxon Mobil.

A CTA afirma que trata-se de um bom negócio da parte do governo, que espera encaixar pelo menos cerca de 350 milhões de dólares até o fim do presente

ano.

“Estamos a falar de mais ou menos 350 milhões de dólares em termos de mais-valias. É um valor necessário e, de certeza, vai ter um efeito multiplicador na economia moçambicana”, disse Florival Mucave, vice-presidente do pelouro dos Recursos Minerais e Hidrocarbonetos, falando em conferência de imprensa, em Maputo, para exprimir a posição da CTA sobre as mais-valias resultantes da venda das acções da ENI à Exxon Mobil.

Mucave reconhece que a área de exploração de hidrocarbonetos representa um enorme desafio para as PMEs, no que tange à formação e capacitação, para que possam estar a altura de oferecer serviços e produtos de

qualidade.

A CTA estima em cerca de 35 biliões de dólares o valor a ser investido na área de hidrocarbonetos ao longo dos próximos 10 anos, cifra que corresponde ao dobro do Produto Interno Bruto de Moçambique. Exxon Mobil desembolsou 2,8 biliões de dólares para a aquisição de metade das acções da ENI no consórcio ENI-East Africa.

Assim, a estrutura accionista na Área 4 passa a ter a seguinte composição: ENI 25 por cento, Exxon Mobil (25 por cento), CNPC (20), Galp Energia de Portugal (10), Kogas da Coreia (10) e Empresa Nacional de Hidrocarbonetos de Moçambique (10).

CRESCIMENTO ECONÓMICO

Economia moçambicana deverá crescer 5,5% até 2020

O Produto Interno Bruto (PIB) de Moçambique deverá crescer, em média, 5,5% entre os anos de 2017 e 2020.

Os dados estão no relatório sobre a avaliação “rating” divulgado pela agência de notação financeira Standard & Poor’s (S&P), que também considera que este ano o país deverá crescer 4% e que a dívida pública vai descer de 128,1% do PIB para 111,7% em 2020.

“As pressões económicas externas sobre o crescimento do PIB real melhoraram, de alguma forma, durante este ano”, diz a S&P, vincando que o fortalecimento do metical e a subida dos preços do alumínio e do carvão “vão aumentar a produção e os investimentos”.

Ainda de acordo com a agência, esses investimentos, “juntamente com os investimentos relacionados com o sector do gás natural líquido, vão suportar um ressalto no crescimento do PIB real, que deverá aumentar”.

Em 2016, o crescimento económico moçambicano ficou nos 3,8%.

A subida da economia de Moçambique, segundo o relatório da agência, “será alicerçada nos desenvolvimentos positivos na indústria do gás, com a decisão final de investimento da ENI na bacia do Rovuma”, cujos principais contributos para a economia só vão sentir-se depois de 2020.

BCE revê em alta crescimento da zona euro para 2,2% este ano

O Banco Central Europeu (BCE) anunciou no dia 11 de Setembro de 2017, que prevê um crescimento na zona euro de 2,2% para este ano (previa 1,9% em Junho), com uma inflação de 1,5% (igual a Junho).

Segundo o diário electrónico “Mercados”, as projecções divulgadas, os peritos do BCE antecipam para 2018 um crescimento de 1,8% (igual ao anunciado em Junho) com uma inflação de 1,2% (1,3% em Junho). Para 2019 é esperado um crescimento de 1,7% (como em Junho) e uma inflação de 1,5% (1,6% há três meses).

Em conferência de imprensa, o presidente do BCE, Mário Draghi, disse que “os riscos para as perspectivas de crescimento continuam amplamente equilibrados” na zona euro.

Draghi acrescentou que “os riscos de uma descida continuam a existir e estão relacionados principalmente com factores globais e mudanças nos mercados de divisas”.

As previsões de crescimento foram revistas em alta este ano e as de inflação ligeiramente em baixa para o próximo ano e para 2019, neste último caso “reflectindo principalmente a valorização recente do euro”, segundo Draghi.

O presidente do BCE recordou que a inflação em Agosto ficou em 1,5%.

Banco Central finalisa recapitalização do Moza Banco

O Banco de Moçambique (BM) anunciou, em Comunicado de Imprensa do dia 31 de Julho de 2017, a conclusão do processo de recapitalização do Moza Banco, SA através do aumento do capital por entrada de um novo accionista na instituição de crédito em referência. Com a recapitalização e a consequente normalização da situação financeira e prudencial do Moza Banco, SA, cessaram as razões que ditaram a intervenção do regulador, no caso em apreço, o Banco de Moçambique. Foi o fim das providências extraordinárias de saneamento impostas ao Moza Banco, SA e sobre a

A situação financeira e prudencial do Moza Banco que vinha se degradando de forma insustentável, ditou o reforço de medidas extraordinárias de saneamento, previstas na lei, para proteger os interesses dos depositantes e outros credores, salvaguardando as condições normais de funcionamento do sistema bancário.

Na sequência da intervenção, o regulador injectou cerca de oito mil

Os accionistas, até então existentes, Moçambique Capitais (um grupo de cerca de 400 investidores moçambicanos) e o banco português Banco Novo, não conseguiram mobilizar fundos para recapitalizar o banco. Por isso, o BM nomeou uma Comissão de Avaliação que conduziu o processo de alienação, tendo apurado a Kuhanha por unanimidade.

A Kuhanha, que em língua Changana significa "viver" é uma sociedade gestora do Fundo de Pensões dos trabalhadores do Banco de Moçambique, com 80 por cento de acções para intervir, segundo o BM cumpriu todos os requisitos para a recapitalização do Moza Banco. Os accionistas existentes mantiveram os restantes 20 por cento, portanto 10 por cento para o Novo Banco, e 10 por cento para a Moçambique Capitais. O empresário moçambicano, accionista individual, António Almeida Matos, mantém uma participação de 0,01 por cento.

Uma vez que a Kuhanha pertence ao BM, entendeu-se que o "árbitro" apitou a seu favor entrando em conflito de interesses previsto na Lei de Probidade Pública.

Reza ainda a história que apesar do colapso do percurso, em 2010, o Moza Banco fora considerado pela empresa de consultoria KPMG, no seu relatório das "100 maiores empresas de Moçambique, como instituição financeira que tinha um crescimento mais rápido em volume de negócios.

Criado em 2008, o Moza Banco previa uma participação maioritária dos accionistas moçambicanos, que na altura a Moçambique Capitais detinha 51 por cento das acções, e seu parceiro português 49 por cento.



exoneração do Conselho de Administração provisório, passando a instituição de crédito a funcionar normalmente com órgãos próprios.

O Moza Banco foi vendido à Kuhanha, entidade que gere o fundo de pensões dos trabalhadores do Banco Central, depois de em Setembro de 2016 ter intervencionado a instituição, suspendendo o conselho de administração e a comissão executiva para "proteger os interesses dos depositantes".

milhões de Meticais no Moza Banco, para travar um colapso e evitar "um terramoto" no sistema financeiro moçambicano.

Em Setembro de 2016, o Banco Central decidiu resgatar o Moza Banco que enfrentava problemas de liquidez. Na altura, instalou um Conselho de Administração provisório, sob a presidência de João Figueiredo. A tarefa do Conselho de Administração era garantir a recapitalização do Moza Banco.

CCEP preocupada pela legalidade de recapitalização do Moza

A Comissão Central de Ética Pública (CCEP) considerou que o Banco de Moçambique violou a Lei de Probidade Pública (LPP) ao adjudicar o Moza Banco ao fundo de pensões de que é dono, segundo uma deliberação divulgada no dia 22 de Agosto.

Na deliberação, publicada pela imprensa, a CCEP acusou directamente o Governador do Banco de Moçambique, Rogério Zandamela, e a antiga responsável pela área da supervisão, Joana Matsombe, de

terem infringido a LPP no processo que culminou com a entrega do Moza Banco à Kuhanha, entidade que gere o fundo de pensões do Banco de Moçambique.

Na mesma decisão, aquela entidade também imputou responsabilidades ao actual Presidente do Conselho de Administração do Moza Banco, João Figueiredo, que à data da adjudicação assumia a função interinamente.

"Considera-se existirem relações patrimoniais passíveis de criar conflitos de interesses quando o servidor público seja titular ou representante de outra

pessoa em participações sociais ou acções em qualquer sociedade comercial, civil ou cooperativa que tenha interesse numa decisão, negócio ou qualquer outra relação de natureza patrimonial com a entidade a que pertence ou que tenha interesse na decisão a tomar", lê-se na deliberação.

A deliberação já foi submetida à Procuradoria-Geral da República para proceder às diligências que julgar legalmente convenientes.

FMI: persiste nas recomendações para retoma de ajuda financeira

A Economist Intelligence Unit (EIU) considera que a possibilidade de o Fundo Monetário Internacional (FMI) acertar um resgate a Moçambique continua condicionado à divulgação total da auditoria às dívidas.

"A posição do FMI mante-se, exigindo que o relatório tem de estar completo e transparente", escrevem os analistas da revista britânica *The Economist*.

Numa análise à posição expressa este mês (Setembro) numa conferência de imprensa pelo FMI, no seguimento de um conjunto de perguntas colocadas pela Lusa, a EIU diz que ficou "confirmado que o FMI está à espera da publicação do relatório completo antes de progredir para um novo programa com o país".

O FMI mantém as suas recomendações sobre a importância do processo de auditoria e para a EIU, o FMI pode estar a resistir o posicionamento para não ser novamente acusado de não prestar suficiente atenção às questões de boa governação e gestão do bem público e por não ter exigido mais transparência na altura em que os empréstimos foram contraídos (2013 e 2014).

Refira-se que uma equipa técnica da missão do FMI que trabalhou em Moçambique, em Julho do presente ano, apelou ao Governo para tomar medidas para suprir "lacunas de informação essencial" em relação à forma como foi usado o dinheiro das dívidas ocultas.

"Persistem lacunas de informação essencial que carecem ser resolvidas, no que concerne ao uso dos proveitos dos empréstimos", disse o chefe da missão Michel Lazare, numa declaração citada no comunicado distribuído após a missão que terminou no dia 19 de Julho de 2017.

A notícia das dívidas ocultas surgiu em Abril de 2016. A dívida de 850 milhões de dólares da EMATUM era conhecida, mas não os 622 milhões da Proindicus e os 535 da MAM e atirou Moçambique para uma crise sem precedentes nas últimas décadas.

Os parceiros internacionais suspenderam apoios, a moeda desvalorizou a pique e a inflação subiu até 25% em 2016, agravando a vida naquele que é um dos países mais pobres do mundo.

O reatamento das ajudas internacionais

ficou dependente da realização da auditoria independente às dívidas, cujo sumário executivo foi distribuído pela PGR e sobre o qual se aguardam agora as reacções dos parceiros.

Recorde-se que a equipa técnica da missão do FMI trabalhou em Moçambique de 10 a 19 de Julho de 2017 para avaliar os passos dados por Moçambique no campo das medidas macroeconómicas para a restauração da confiança e discutir os resultados da auditoria às dívidas ocultas elaborado pela Kroll.

Durante a sua estada, para além de encontros com as autoridades governamentais ligadas às finanças públicas, a equipa técnica da missão do FMI manteve um encontro de cortesia com o Banco de Moçambique e com os membros associados da Associação Moçambique de Bancos (AMB) durante o qual, o chefe da missão Michel Lazare enalteceu os bons efeitos da Política Monetária implementada pelo Banco de Moçambique e que resultaram na redução da inflação, estabilização do Metical, sendo que há ainda desafios na política fiscal.

Próximo Evento

9 de Novembro: Segunda edição da cimeira da *Financial Times* vai debater a redução do risco nos investimentos

A segunda cimeira da *Financial Times* em Moçambique, que vai juntar líderes políticos e do sector empresarial do país e do mundo, vai ter lugar na Cidade de Maputo, no dia 9 de Novembro, cuja cerimónia de abertura será presidida pelo Presidente da República, Filipe Jacinto Nyusi.

O evento, que terá, pelo segundo ano consecutivo, vai decorrer sob o lema "**Reduzindo o risco nos investimentos, através de boas práticas de negócios**" e tem como objectivo principal debater como aproveitar os recursos do país para transformar e diversificar a economia.

Nesta conferência, serão ainda discutidas, entre outras, questões como, por exemplo, onde estão as principais oportunidades nos sectores de energia, mineração, banca, tecnologia e turismo, para os investidores e empresas internacionais estabelecidas em Moçambique.

Dissertações sobre vários temas serão feitas no encontro por especialistas, economistas, CEOs e dirigentes políticos, com destaque para o ministro da Economia e Finanças, Adriano Maleiane, a ministra dos Recursos Minerais e Energia, Letícia Klemens, o ministro dos Negócios

Estrangeiros e Cooperação, Oldemiro Balói, o Governador do Banco de Moçambique, Rogério Zandamela, a administradora executiva do Grupo Standard Bank em África, Sola David-Bora e Chuma Nwoko, administrador delegado do Standard Bank em Moçambique. David Pilling, editor da publicação *Financial Times* em África e Andrew England, editor de conteúdos do Médio Oriente e África, serão os moderadores dos diversos temas a serem abordados na cimeira.

Membros da
Associação Moçambicana de Bancos
(AMB)



www.bancabc.co.mz



Banco Mais
www.bancomais.co.mz



**Barclays Bank
Moçambique, SA**
www.barclays.co.mz



www.bayportfinance.com



**Banco Comercial e de
Investimentos, SA**
www.bci.co.mz



www.BIG.Co.mz



Juntos crescemos
Banco Terra, SA
www.bancoterra.co.mz



**Banco Nacional de
Investimento, SA**
www.bni.co.mz



Ecobank, SA
www.ecobank.com



www.gapi.co.mz



Capital Bank, SA
www.capitalbank.co.mz



FNB Moçambique, SA
www.fnb.co.mz



**Banco Internacional de
Moçambique, SA**
www.millenniumbim.co.mz



Moza Banco, SA
www.mozabanco.co.mz



Standard Bank, SA
www.standardbank.co.mz



**SOCIETE GENERALE
MOÇAMBIQUE**
www.societegenerale.co.mz



www.socremo.com



www.ubagroup.com



www.bancounico.co.mz

Ficha técnica

AMBNewsLetter:

Boletim Informativo da Associação Moçambicana de Bancos; Dispensa de Registo Nº.03/GABINFO-DEC/2015; Edição nº 12, Setembro de 2017; **Coordenador Editorial:** José Mussane (Secretário Geral da AMB); **Redacção, Fotografias e Maquetização:** Benjamim M. Chabualo (Assessor de Comunicação e Imagem da AMB); **Revisão:** Anastácia Rosária; **Periodicidade:** Trimestral; **Distribuição:** Gratuita.

Contactos: 258-21310818; Móvel: 258-823207330.

E-mail: ambancos@teledata.mz www.amb.co.mz

Maputo - Moçambique